



Conselho Federal de Corretores de Imóveis - COFECI

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2016

Brasília-DF - 2016

Conselho Federal de Corretores de Imóveis - COFECI

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 72/2013, da DN TCU 154/2016 e Portaria TCU nº 59/2017

Lista de Sigla e Abreviações

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

CCI - Coordenadoria de Controle Interno

CILA - Confederacion Inmobiliaria Latino Americana,

CIMECH - Confederacion Inmobiliaria del Mercosur e Chile

COFECI - Conselho Federal de Corretores de Imóveis

CRECI'S - Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis

DN - DN - Decisão Normativa

DOU - Diario Oficial da União

IJ - Unidade Jurisdicionada

IN - Instrução Normativa

IPSAS - International Public Sector Accounting Standards (Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor

IRFS - International Financial Reporting Standards (Normas Internacionais de Contabilidade)

ISAS - International Standards on Auditing (Normas Internacionais de Auditoria)

NBC - Norma Brasileira de Contabilidade

NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

PCCS - Plano de Carreira, Cargos e Salários

SPEED - Sistema Público de Escrituração Digital

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

TCU - Tribunal de Contas da União

VPA - Variação Patrimonial Aumentativa

VPD - Variação Patrimonial Diminutiva

Lista de Tabelas e Quadros

Quadro 1 - Demonstração da Execução da Despesa para Atingir os Objetivos estratégicos do exercício

Quadro 10 - Principais Sistemas Computacionais em Uso

Quadro 2 - Previsão e Arrecadação por receitas correntes e de capital

Quadro 3 - Demonstrativo das Despesas totais por modalidade de contratação

Quadro 4 - Programação de Despesas

Quadro 4.3.3.1 A - Demonstrativo da Receita por Origem

Quadro 5 - Força de Trabalho

Quadro 6 - Distribuição de Lotação Efetiva

Quadro 8 - Distribuição da força de trabalho por área estratégica

Quadro 9 - Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Quadro 7 - Detalhamento da estrutura de cargos em Comissão e Função gratificada

Lista de Gráficos e Figuras

Figura 1 - Organograma

Figura 2 – Sistema de Governança

SUMÁRIO

Relatório de Gestão	1
Capa	1
Folha de Rosto	2
Lista de siglas e abreviações	3
Lista de tabelas e quadros	4
Lista de gráficos e figuras	5
Lista de anexos e apêndices	
Sumário	6
2 - APRESENTAÇÃO	9
3 - VISÃO GERAL DA UNIDADE	10
3.1 - Finalidade e competências	10
3.2 - Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade . . .	10
3.3 - Breve histórico da entidade	10
3.4 - Organograma	10
4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	12
4.1 - Planejamento Organizacional	12
4.1.1 - Descrição sintética dos objetivos do exercício	12
4.1.2 - Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos . . .	12
4.2 - Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos . . .	13
4.3 - Desempenho Orçamentário	13
4.3.1 - Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da Unidade . . .	14
4.3.2 - Execução descentralizada com transferência de recursos	16
4.3.3 - Informações sobre a realização das receitas	16
4.3.4 - Informações sobre a execução das despesas	18
4.3.4.1 - Demonstrativo das Despesas totais por modalidade de contratação . . .	18
4.3.4.2 - Demonstrativo das Despesas por grupo e elemento de despesa	18
4.3.5 - Análise Crítica	18
4.4 - Desempenho operacional	18
4.5 - Apresentação e análise de indicadores de desempenho	18
5 - GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	20
5.1 - Descrição das estruturas de governança	20
5.2 - Informações sobre dirigentes e colegiados	20
5.3 - Atuação da unidade de auditoria interna (deve informar sobre a atuação da unidade de auditoria interna, especialmente sobre): . . .	20
5.4 - Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos	21
5.5 - Gestão de riscos e controles internos	21

5.6 - Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados . . .	21
5.7 - Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada	21
6 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	22
6.1 - Gestão de pessoas	22
6.1.1 - Estrutura de pessoal da unidade	22
6.1.2 - Demonstrativo das despesas com pessoal	22
6.1.3 - Gestão de riscos relacionados ao pessoal	23
6.1.4 - Contratação de mão de obra temporária	23
6.2 - Gestão da tecnologia da informação	23
6.2.1 - Principais sistemas de informações	24
7 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	25
7.1 - Canais de acesso do cidadão	25
7.2 - Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	25
7.3 - Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade . . .	25
7.4 - Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações . . .	25
8- DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	26
8.1 - Desempenho financeiro no exercício	26
8.2 - Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos . . .	26
8.3 - Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	26
8.4 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas . . .	26
8.4.1 - Balanço Orçamentário	27
8.4.2 - Balanço Financeiro	27
8.4.3 - Balanço Patrimonial Comparado	27
8.4.4 - Demonstrações das Variações Patrimoniais	27
8.4.5 - Fluxo de Caixa	27
8.4.6 - Notas Explicativas	27
9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	33
9.1 - Tratamento de determinações e recomendações do TCU	33
9.2 - Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	33
9.3 - Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário . . .	33
10 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	34
11 - ANEXOS E APÊNDICES	35
ANEXOS	
ANEXO I - Quadro 4.3.3.1 A - Demonstrativo da Receita por Origem	41
ANEXO II - Quadro 4.3.3.2 - Previsão e Arrecadação por Natureza	42
ANEXO III - Quadro 4.3.4.1 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - TOTAL	43
ANEXO IV - Quadro 4.3.4.2 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - TOTAL . .	44

ANEXO V - Quadro 8.1.2 - Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12	
ANEXO VI - Quadro 8.1.3 - Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12 ...	45
ANEXO VII - Quadro 8.1.5 - Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação Apurada 31/12	46
ANEXO VIII - Quadro 7.4.1 - Balanço Orçamentário	47
ANEXO IX - Quadro 7.4.3 - Balanço Patrimonial	48
ANEXO X - Quadro 7.4.4 - Demonstração da Variação Patrimonial	50
ANEXO XI - Quadro 7.4.2 - Balanço Financeiro	52
ANEXO XII - Quadro 7.4.5 - Fluxo de Caixa	53

2 - APRESENTAÇÃO

O Relatório da Gestão 2016 visa apresentar as atividades realizadas pelo Conselho Federal de Corretores de Imóveis

– COFECI, durante o exercício, o relatório está estruturado de forma a atender ao disposto no art. 70 da Constituição Federal, na IN TCU nº 63/2010, na DN TCU nº 154/2016, na Portaria TCU nº 059/2017, e nas orientações do órgão de controle interno.

Paralelamente, permite ao COFECI prestar contas à sociedade, e especialmente à classe de Corretores de Imóveis em todo o país da aplicação dos recursos que arrecada e administra, dando transparência aos resultados de sua gestão.

A linha de gestão adotada pelo COFECI registra, nesse planejamento, a constante atenção com a inovação, a integração e a melhoria da organização e do funcionamento do Sistema. As ações desempenhadas pelo COFECI no ano de 2016 estão alinhadas ao Planejamento Estratégico do Sistema COFECI/CRECI'S.

No âmbito do Sistema COFECI/CRECI'S, compete aos Conselhos Regionais realizar o registro e a fiscalização do exercício profissional.

Dessa forma, o relatório está estruturado em 11 (onze) partes em que apresenta: os elementos pré-textuais, apresentação, visão geral da unidade, planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional, governança, relacionamento com a sociedade, desempenho financeiro e informações contábeis, áreas especiais da gestão, conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle, outras informações relevantes e anexos e apêndices.

3 - VISÃO GERAL DA UNIDADE

3.1 - Finalidade e competências

Á DN TCU nº 154/2016, à Portaria TCU nº 059/2017, e às orientações do órgão de controle interno.

Paralelamente, permite ao COFECI prestar contas à sociedade, e especialmente à classe de Corretores de Imóveis em todo o país da aplicação dos recursos que arrecada e administra, dando transparência aos resultados de sua gestão.

A linha de gestão adotada pelo COFECI registra, nesse planejamento, a constante atenção com a inovação, a integração e a melhoria da organização e do funcionamento do Sistema. As ações desempenhadas pelo COFECI no ano de 2016 estão alinhadas ao Planejamento Estratégico do Sistema Cofeci/Creci's.

No âmbito do Sistema Cofeci/Creci's, compete aos Conselhos Regionais realizar o registro e a fiscalização do exercício profissional.

Dessa forma, o relatório está estruturado em 11 (onze) partes em que apresenta: os elementos pré-textuais, apresentação, visão geral da unidade, planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional, governança, relacionamento com a sociedade, desempenho financeiro e informações contábeis, áreas especiais da gestão, conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle, outras informações relevantes e anexos e apêndices.

3.2 - Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

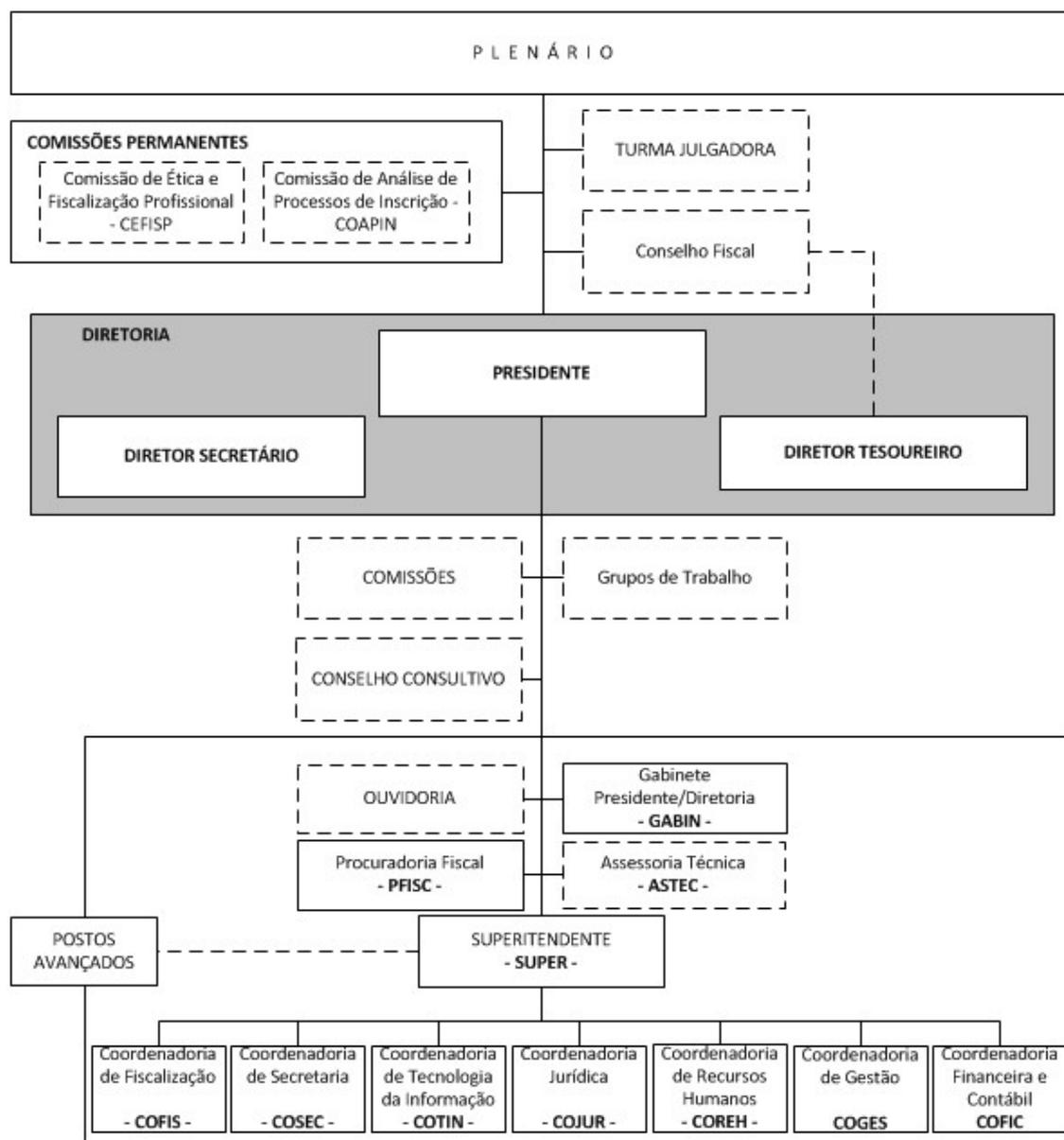
LEI Nº 4.116/1964, LEI Nº 6.530/1978, DECRETO Nº 81.871/1978 E LEI Nº 10.795/2003

3.3 - Breve histórico da entidade

O COFECI é órgão de disciplina e fiscalização do exercício da profissão de Corretor de Imóveis em todo território Brasileiro, constituído em Autarquia, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa, operacional e financeira.

3.4 - Organograma

Figura 1 - Organograma



4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

4.1 - Planejamento Organizacional

A partir da criação dos Conselhos de Corretores de Imóveis, foi contínua a evolução da profissão de corretores de Imóveis e o consequente aumento do número de registros profissionais e de organizações imobiliárias. Vislumbrando a necessidade de alcançar a excelência no desenvolvimento dos trabalhos, o Conselho Federal de Corretores de Imóveis estimula e apoia o desenvolvimento técnico e operacional dos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis.

Com a institucionalização do Sistema Cofeci/Creci's, os Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis passaram a se organizar de forma sistêmica, definiram suas estratégias de atuação e criaram o seu modelo de planejamento participativo.

A linha de gestão adotada pelo sistema Cofeci/Creci's é compartilhada pelos Conselhos Regionais registra, nesse planejamento, a constante atenção com a inovação, a integração e a melhoria da organização e do funcionamento do Sistema. As ações desempenhadas pelo sistema no ano de 2016 estão alinhadas ao Planejamento Estratégico do Sistema Cofeci/Creci's.

Essa nova forma de planejar e executar ações em conjunto levou a resultados significativos, permitindo a implantação de projetos mais ousados e a projeção da classe corretores de Imóveis, fortalecendo e alinhando a gestão por meio de um Planejamento Estratégico, com as seguintes diretrizes:

MISSÃO: Supervisionar a ética dos Corretores de Imóveis em todo o território nacional, cabendo-nos zelar e trabalhar pelo bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente, visando a defesa da Sociedade.

VISÃO: Buscar aprimoramento contínuo e inovando sempre.

VALORES: Ética, Transparência, Efetividade e Competência.

Como um Sistema propriamente ditto, no exercício de 2016 foram cumpridas todas as metas estabelecidas na "Lei de Acesso à Informação –LAI", com atualização dos *sites* e inclusão do Portal de Transparência, nos moldes estabelecidos pelo TCU.

4.1.1 - Descrição sintética dos objetivos do exercício

No exercício de 2016 os objetivos do COFECI foram manter a fiscalização nacional em pleno funcionamento e ajustar as despesas básicas à receita.

4.1.2 - Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

O COFECI mantém rígida obediência aos ditames legais e constitucionais, quais sejam a normatização e a fiscalização profissional, de forma a proteger a sociedade e, especialmente, os

clientes e operadores do mercado imobiliário contra maus profissionais da intermediação.

O Corretor de imóveis, em sua tarefa de intermediar negócios imobiliários, se torna responsável pela movimentação de vultosas somas, bastante representativas no PIB nacional, devendo agir sempre com responsabilidade e ética profissionais.

Na busca desse objetivo o COFECI tem incentivado a capacitação profissional, apoiando novos cursos e auxiliando para que possam ser ofertados a baixo custo em todo o território nacional.

4.2 - Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

O COFECI monitora os seus planos controlando os resultados através de auditorias internas, recebendo e analisando relatórios dos Conselhos Regionais, em casos específicos, e realizando pesquisas de opinião junto à sociedade, de tempos em tempos.

4.3 - Desempenho Orçamentário

O COFECI monitora os seus planos controlando os resultados através de auditorias internas, recebendo e analisando relatórios dos Conselhos Regionais, em casos específicos, e realizando pesquisas de opinião junto à sociedade, de tempos em tempos.

4.3 - Desempenho Orçamentário

O orçamento do Conselho Federal de Corretores de Imóveis do Distrito Federal integra um conjunto de informações relativas às ações estabelecidas nos projetos e nas atividades, os quais estão alinhados para que funcionem como instrumento de programação, de controle e de planejamento, apresentando compatibilidade com as informações contábeis em 100% nas receitas e despesas, atendendo o princípio do orçamento bruto.

O monitoramento das informações é feito de forma sistêmica e contribui para o atendimento dos objetivos estratégicos “Garantir a Sustentabilidade Orçamentária e Financeira do Sistema Cofeci/Creci’s” e “Inovar, Integrar e Otimizar a Gestão do Sistema Cofeci/Creci’s”.

A programação orçamentária do COFECI não depende do orçamento da União e suas atividades são financiadas com recursos provenientes das anuidades, devidas pelos corretores de Imóveis e Empresas imobiliárias, bem como, dos emolumentos, multas de infração e outras previstas na legislação.

O orçamento para o exercício de 2016 foi estimado em R\$ 75.831.141,50 (setenta e cinco milhões, oitocentos e trinta e um mil, centos e quarenta e um reais e cinquenta centavos), aprovado por meio da Resolução COFECI nº 1.372/2015, de 07 de dezembro de 2015, com vinculação aos programas e projetos/atividades de acordo a política de gestão para este exercício.

Quadro 2 – Previsão e Arrecadação por Receitas Correntes e de Capital

RECEITAS CORRENTES			
Grupos de Receita	2016		
	Previsão Atualizada	Realizado	%
1. Contribuições			
Contribuições	42.311.141,50	35.812.381,89	86,64
2. Exploração de Bens e Serviços			
Exploração de Bens/Serviços	450.000,00	3.093,17	0,69
Outras Receitas Correntes	20.000,00	641.676,63	0,00
3. Financeiras			
Remuneração de Dep. Banc. e Aplic.Financeiras	0,00	786.104,05	0,0
4. Transferências			
Transferências Correntes		0,00	0,00
5. Outras Receitas Correntes			

Multas	0,00	0,00	0,00
Demais Elementos do Grupo	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	50.000,00	0,00	0,0
TOTAL RECEITAS CORRENTES	42.831.141,50	37.243.255,74	86,95

RECEITAS D E CAPITAL			
Grupos de Receita	2 015		
	Previsão Atualizada	Realizado	%
6. Operação de Créditos			
Operações de Credito Internas	33.000.000,00	267.990,00	0
7. Alienação de Bens			
Bens Móveis	0,00	66.000,00	0
Bens Imóveis	0,00	0,00	
9. Outras Receitas de Capital	0,,00	7.922,17	0
TOTAL RECEITA DE CAPITAL	33.000.000,00	341.912,17	1
TOTAL GERAL	75.831.141,50	37.585.167,91	49,56

4.3.1 - Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da Unidade

Quadro 2 – Demonstração da Execução da Despesa para Atingir os Objetivos Estratégicos do Exercício

Objetivo Estratégico	Projetos/Atividades	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada e Liquidada
1. GARANTIR SUSTENTABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO SISTEMA COFECI/CRECI'S	COBRANÇA ADMINISTRATIVA E JUDICIAL - PROFISSIONAIS E ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS	0,00	0,00
	CONTRIBUIÇÃO REGIMENTAL	0,00	0,00
	DESPESAS FINANCEIRAS	1.300.000,00	977.810,71
	OBRIGAÇÕES LEGAIS	0,00	0,00
	SUBTOTAL		1.300.000,00

2. ASSEGURAR ADEQUADA INFRAESTRUTURA E SUPORTE LOGÍSTICO ÀS NECESSIDADES DO COFECI/CRECI'S.	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	10.663.000,00	8.203.444,02
	COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO	550.000,00	277.670,64
	AQUISIÇÃO DE IMOVEIS	272.950,00	265.000,00
	MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA	170.000,00	66.875,00
	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E	120.000,00	1.990,00
	DOAÇÕES	5.050.000,00	4.857.007,70
	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	120.000,00	42.197,22
	AQUISIÇÃO DE BENS DE CONSUMO	1.965.000,00	1.340.418,37
SUBTOTAL		0,00	0,00
3. AMPLIAR E INTEGRAR O USO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO SISTEMA CFC/CRCS	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.000.000,00	2.824.099,03
	MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE INFORMÁTICA (HARDWARE/SOFTWARE)	700.000,00	577.876,30
SUBTOTAL		3.700.000,00	3.401.975,33
4. ATRAIR E RETER TALENTOS	PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS	5.185.000,00	4.373.136,28
	QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	0,00	0,00
SUBTOTAL		5.185.000,00	4.373.136,28
5. FORTALECER O CONHECIMENTO TÉCNICO E HABILIDADES PESSOAIS DOS CONSELHEIROS E DOS FUNCIONÁRIOS DO CFC/CRCS.	CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	0,00	0,00
SUBTOTAL		0,00	0,00
6. APERFEIÇOAR, AMPLIAR E DIFUNDIR AÇÕES DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, REGISTRO E FISCALIZAÇÃO COMO FATOR DE PROTEÇÃO DA SOCIEDADE	REGISTRO DE PROFISSIONAIS E ORGANIZAÇÕES IMOBILIARIAS	0,00	0,00
	FISCALIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES IMOBILIARIAS E DOS PROFISSIONAIS DE CORRETAGEM DE IMÓVEIS	245.000,00	243.020,00
PROMOVER A EDUCAÇÃO CONTINUADA - ENCONTROS / SEMINÁRIOS / FÓRUM / JORNADAS	PROMOVER A EDUCAÇÃO CONTINUADA - ENCONTROS / SEMINÁRIOS / FÓRUM / JORNADAS	1.000.000,00	85.667,32
	PROMOVER A EDUCAÇÃO CONTINUADA - CURSOS E PALESTRAS	0,00	0,00
SUBTOTAL		1.245.000,00	328.687,32
7. GARANTIR QUALIDADE E			
CONFIABILIDADE NOS PROCESSOS E NOS PROCEDIMENTOS	ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO CADASTRAL	0,00	0,00

SUBTOTAL		0,00	0,00
9. INOVAR, INTEGRAR E OTIMIZAR A GESTÃO DO SISTEMA COFECI/CRECI'S	APOIO AS DELEGACIAS E REPRESENTAÇÕES	0,00	0,00
SUBTOTAL		0,00	0,00
11. FORTALECER A PARTICIPAÇÃO SÓCIOPOLÍTICO-INSTITUCIONAL JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS, PRIVADAS, SOCIEDADE CIVIL E ENTIDADES REPRESENTATIVAS DA CLASSE	REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL EM EVENTOS NACIONAIS	0,00	0,00
SUBTOTAL		0,00	0,00
13. INFLUENCIAR NA FORMAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS E DAS HABILIDADES DO PROFISSIONAL E FOMENTAR PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO CONTINUADA	APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS DA ÁREA DE CORRETORES DE IMÓVEIS	0,00	0,00
	PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHEIROS EM EVENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS	0,00	0,00
	PARTICIPAÇÃO DE DELEGADOS E COLABORADORES EM EVENTOS	0,00	0,00
SUBTOTAL		0,00	0,00
14. ATUAR COMO FATOR DE PROTEÇÃO DA SOCIEDADE	REUNIÕES REGIMENTAIS	300.000,00	284.259,00
SUBTOTAL		300.000,00	284.259,00
15. FORTALECER A IMAGEM DO SISTEMA COFECI/CRECI'S E DA PROFISSÃO DE CORRETORES DE IMÓVEIS PERANTE A SOCIEDADE	CAMPANHAS INSTITUCIONAIS	6.000.000,00	4.787.002,28
	AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	0,00	0,00
SUBTOTAL		6.000.000,00	4.787.002,28
SUBTOTAL		28.393.000,00	22.356.314,94

Ocorreu uma significativa oscilação no objetivo estratégico “2. Assegurar adequada infra estrutura e suporte logístico às necessidades dos COFECI, ocorrida pelo fato de não ter sido iniciada a construção da nova sede do COFECI.

4.3.2 - Execução descentralizada com transferência de recursos

No houve nenhuma transferência descentralizada de recursos no exercício

4.3.3 - Informações sobre a realização das receitas

A receita do Conselho Federal de Corretores de Imóveis é composto de 20% (vinte por cento) da receita bruta das arrecadações dos Conselhos Regionais, excetuados os legados, doações e subvenções e tem a seguinte constituição:

- 20% (vinte por cento) das Receitas de contribuições de anuidades dos corretores de Imóveis, Empresas Imobiliárias;

- receitas oriundas da exploração de bens e serviços;
- receitas financeiras;
- subvenções; e
- alienação de bens.

a) Origem das Receitas

- Receitas de Contribuições – compreende da quota parte repassada pelos Conselhos Regionais;
- Receitas Financeiras – são representadas pelas receitas de juros, atualização monetária, juros e encargos e os rendimentos decorrentes de aplicações financeiras; e
- Outras Receitas Correntes –

b) Previsão e Arrecadação por Natureza

A receita total do Conselho Federal de Corretores de Imóveis, no exercício de 2016, foi estimada no valor de R\$ 75.931.141,50 (setenta e cinco milhões novecentos e trinta e um mil cento e quarenta e um reais e cinquenta centavos), e a arrecadação o montante de R\$ 37.585.167,91 (trinta e sete milhões quinhentos e oitenta e cinco mil cento e sessenta e sete reais e noventa e um centavos) o que representa 49,56% da receita estimada, e apresenta uma média mensal de arrecadação de aproximadamente, R\$ 3.132.097,33 (três milhões, cento e trinta e dois mil noventa e sete reais e trinta e três centavos), conforme composição das receitas correntes e de capital.

As receitas correntes atingiram 88,83% do valor orçado, devido às ações dos Conselhos Regionais na cobrança e inscrição de débitos em dívida ativa que continuaram a ser desenvolvidas no regional, e também as ações de fiscalização quanto a regularidade dos profissionais.

Nas receitas correntes a maior arrecadação foi a Contribuições, que representa 83,61% seguido das receitas financeiras que representam 1,84% do total arrecadado.

c) Forma de partilha de receita

Conforme disposto no art. 18º da Lei n.º 6.530/1978, constitui renda do Conselho Federal de Corretores de Imóveis, 20% (vinte por cento) da renda bruta de cada Conselho Regional nela não se compreendendo doações, legados e subvenções. A renda prevista nos instrumentos legais citados acima é realizada pelos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis e repassada ao COFECI, a título de quota parte.

4.3.4 - Informações sobre a execução das despesas

Para o exercício de 2016, foi planejado o montante de R\$ 75.831.141,50 (setenta e cinco milhões oitocentos e trinta e um mil cento e quarenta e um reais e cinquenta) para execução das despesas.

As despesas são fixadas de acordo com a sua relevância e grau de prioridade e são executadas de acordo com o planejamento.

As despesas correntes totalizaram o valor total de R\$ 31.067.560,67 (trinta e um milhões sessenta e sete mil quinhentos e sessenta reais e sessenta sete centavos) o que representam 98,33% da despesa total, e apresenta uma média de gasto mensal de aproximadamente R\$ 2.588.963,39 (dois milhões quinhentos e oitenta e oito mil novecentos e sessenta e três reais e trinta e nove centavos).

Comparativamente com o exercício anterior observa-se que as despesas correntes no exercício de 2016 teve uma redução de 14,04% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

As despesas de capital representam, aproximadamente 10,54% das despesas executada conforme demonstrado, sendo o todo o investimento referente aquisição de equipamentos, material permanente e imóveis.

4.3.4.1 - Demonstrativo das Despesas totais por modalidade de contratação

ANEXO III - QUADRO 4.3.4.1

4.3.4.2 - Demonstrativo das Despesas por grupo e elemento de despesa

ANEXO IV - QUADRO 4.3.4.2 D

4.3.5 - Análise Crítica

As receitas do COFECI têm sido muito bem estimadas, atingindo com muita proximidade os valores orçamentários previstos.

Dentro dessa ótica os objetivos são alcançados em proporção superior a 90% do Orçamento Programa, possibilitando o exercício de proteção à sociedade como um todo nas transações imobiliárias.

4.4 - Desempenho operacional

As metas de cada exercício são estabelecidas (e publicadas) com antecedência no mês de dezembro do ano anterior. Conforme já mencionado, o índice de execução satisfatória é aproximadamente de 90% das previsões orçamentárias.

4.5 - Apresentação e análise de indicadores de desempenho

O melhor indicador de desempenho do COFECI é o Relatório da Fiscalização Nacional, sempre

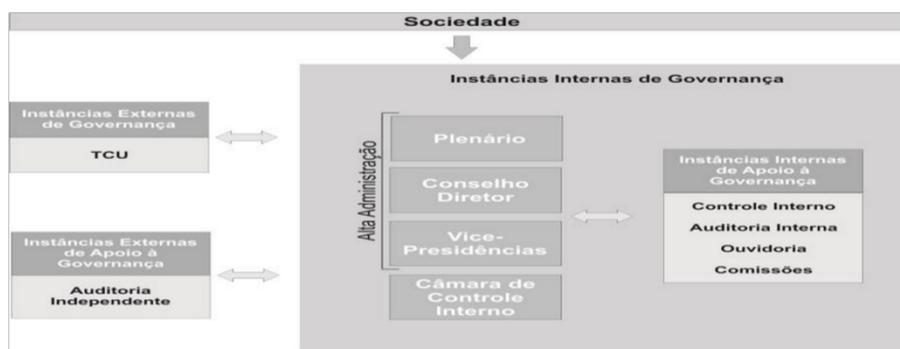
disponível no site do COFECI.

5 - GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.1 - Descrição das estruturas de governança

Governança corporativa é o sistema por meio do qual se exerce e se monitora o controle nas entidades. É o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas. No COFECI o sistema de governança apresenta a seguinte estrutura:

Figura 2 – Sistema de Governança



5.2 - Informações sobre dirigentes e colegiados

João Teodoro da Silva – Presidente
Período; 01/01 a 31/12/2016

Antonio Armando Cavalcante Soares – Tesoureiro
Período; 01/01 a 31/12/2016

José Augusto Viana Neto – Vice-Presidente
Período; 01/01 a 31/12/2016

Valdeci Yase Monteiro – Diretor 2o Tesoureiro
Período; 01/01 a 31/12/2016

5.3 - Atuação da unidade de auditoria interna (deve informar sobre a atuação da unidade de auditoria interna, especialmente sobre):

No sistema Cofeci/Creci's, o Conselho Fiscal exerce a atividade de auditoria interna, exercendo a análise e apresentação de parecer pela aprovação ou reprovação das contas trimestrais e anuais, posteriormente levados ao E. Plenário.

5.4 - Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

No exercício em referência, não houve atos ilícitos administrativos que demandassem a instauração de processos administrativos disciplinares.

5.5 - Gestão de riscos e controles internos

A Conselho Fiscal tem a função regimental de controlar as receitas e despesas da Entidade, porém ainda não temos implantado um Setor de Controle Interno com um profissional habilitado a emitir parecer sobre todos os processos de receitas e despesas.

Ainda assim, mesmo com a limitação de pessoal, estabelecemos um controle razoável que geram informações financeiras confiáveis, bem como, estabelecem um controle sobre os recursos aplicados, evitando mau uso dos mesmos.

5.6 - Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

Os serviços prestados pelos conselheiros e membros do Sistema Cofeci/Creci's tem caráter voluntário e gratuito, conforme art. 9º da Resolução COFECI nº 1.370/2013, que dispõe sobre o Regulamento Geral dos Conselhos de Corretores de Imóveis.

5.7 - Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

No exercício não houve contratação de auditoria independente

6 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 - Gestão de pessoas

dezembro de 2016, o COFECI contava com 32 (trinta e dois) colaboradores, sendo 29 (vinte e nove) funcionários efetivos, 03 (dois) funcionários em cargos comissionados e 07 (sete) estagiários.

6.1.1 - Estrutura de pessoal da unidade

A distribuição da força de trabalho visa atender todas as áreas técnicas do COFECI, principalmente àquelas responsáveis pela execução da atividade-fim.

Quadro 8 - Distribuição da força de trabalho por área estratégica

Área	Quantidade	
	Funcionários Efetivos	Funcionários sem vínculo
Diretoria Executiva	2	3
Administração	20	0
Financeira	3	0
Registro	2	0
Desenvolvimento Profissional	0	0
Controle Interno	2	0

Fonte: Departamento de Pessoal

6.1.2 - Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 9 - Demonstrativo com despesas de Pessoal

Tipologia/Exercícios		Salários e Gratificações	Férias e 13º Salário	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis	Despesas de Exercícios Anteriores	Total
Funcionários Efetivos								
Exercício	2016	2.613.535,90	527.346,45	0,00	879.889,59	0,00	0,00	4.020.772,2
Exercício	2015	2.336.788,02	486.500,10	0,00	1.119.319,69	0,00	0,00	3.942.607,8
Funcionários sem Vínculo								
Exercício	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercício	2015	214.082,64	0,00	0,00	42.816,53	0,00	0,00	256.899,17

LEGENDA

Salários e Gratificações

Salário / Salário de Cargo em Comissão / Adicional de Insalubridade / Adicional de Periculosidade / Adicional de Tempo de Serviço / Adicional Noturno / Aviso Prévio Cumprido (Trabalhado) / Gratificação de Função (não eventual) **Férias e 13º Salário**
13º Salário / Férias / Adicional de Férias 1/3 (Art. 7º inciso XVII da Constituição Federal)

Indenizações

Aviso Prévio Indenizado / Férias Indenizadas / 13º Indenizado / Multa Rescisória / Decisões Judiciais / Indenizações por tempo de

serviço como não-optante - Outras Indenizações Trabalhistas

Benefícios assistenciais e previdenciários

Assistência Médica / Auxílio Creche / Alimentação / Transporte / Outras Assistências

Demais despesas variáveis

Abono Pecuniário (opcional) / Ajudas de Custo / Horas Extraordinárias / Substituição / Gratificação de Função (eventual)/ Outras Vantagens pagas a Pessoal

Despesas de Exercícios Anteriores

Valores pagos no exercício subsequente àquele que deveria ter sido desembolsado em relação aos valores relativos à pessoal.

Fonte: Departamento de Pessoal

6.1.3 - Gestão de riscos relacionados ao pessoal

No exercício, não ocorreram rotatividade no quadro de funcionários, quadro este formado por funcionários antigos.

Os salários oferecidos estão de acordo com o percentual definido orçamento vigente, sendo que as propostas de reajuste salarial são definidos de acordo com o comportamento da arrecadação e em observação aos índices de correção da inflação nos doze meses anteriores

6.1.4 - Contratação de mão de obra temporária

O COFECI não mantém nenhum contrato de mão-de-obra temporaria.

6.2 - Gestão da tecnologia da informação

Os serviços de TI são desenvolvidos são desenvolvidos pelo corpo funcional do COFECI

O suporte são prestados na área de manutenção de servidores de rede e utilização dos sistemas de gerenciamento do COFECI.

Principais sistemas computacionais em uso

a	Objetivo	Responsável Técnico	Responsável área de Negocio	Criticabilidade
eiro	Controlar os débitos dos Conselhos Regionais	Carlos Ernesto	Arlton Alves Moreira	O sistema tem atendido as demandas da área
ral	Controlar os dados cadastrais dos Profissionais	Carlos Ernesto	Diversos	O sistema tem atendido as demandas da área
ilidade	Elaborar demonstrações contábeis do COFECI	Fabio Leandro	Arquimedes Alves	O sistema tem atendido as demandas da área

- a) A manutenção dos sistemas são efetuadas por funcionários deste conselho responsáveis pela TI e pela empresa Studios Tecnologia da Informação Ltda. O valor do contrato

no exercício em referência foi de R\$ 134.106,92 (cento e trinta e quatro mil cento e seis reais e noventa e dois centavos).

6.2.1 - Principais sistemas de informações

Quadrao 03 - Principais Sistemas Computacionais em Uso

Sistema	Objetivo	Responsável Técnico	Responsável da Área de Negócio	Criticidade
Financeiro	Controlar os débitos dos Conselhos Regionais	Carlos Ernesto	Arltom Alves	O sistema tem atendido as demandas da área
Cadastral	Controlar os dados cadastrais dos profissionais	Carlos Ernesto		O sistema tem atendido as demandas da área
Contabilidade	Elaborar as demonstrações contábeis do CRC-AM	Fabio Leandro	Arquimedes Alves da Silva	O sistema tem atendido as demandas da área

a) A manutenção dos sistemas são efetuadas por funcionários deste conselho responsáveis pela TI e pela empresa Studios Tecnologia da Informação Ltda. O valor do contrato no exercício em referência foi de R\$ 134.106,92 (cento e trinta e quatro mil cento e seis reais e noventa e dois centavos)

7 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

7.1 - Canais de acesso do cidadão

O acesso ao cidadão se dá por meio do telefone fixo (61) 3321.2828 para informações em geral. Nos casos relacionados as denúncias envolvendo profissionais o canal de acesso é o e-mail cofeci@cofeci.gov.br já para as demais demandas o canal de acesso é o e-mail cofeci@cofeci.gov.

Quando as demandas são recebidas, são encaminhadas para o setor competente que dá o encaminhamento que o caso requer

7.2 - Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O COFECI encaminha aos profissionais registrados uma pesquisa de satisfação semestralmente, bem como em todos os eventos realizados pelo Regional

7.3 - Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O acesso ao Portal Transparência é feito pelo site: <http://www.cofeci.gov.br/transparencia/>

7.4 - Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O COFECI está localizado no centro de Brasília, sito a SDS N° 44, Blocos A/J, Salas 201 a 211, no Ed. Boulevard Center, com fácil localização e acesso, Estando próximo ao Centro de Brasília, Estação Central de metro e Rodoviária, estando contemplado todas as medidas que garantam a acessibilidade aos seus serviços, produtos e instalações por cidadãos portadores de alguma deficiência.

8- DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

8.1 - Desempenho financeiro no exercício

No exercício o COFECI alcançou superávit orçamentário, financeiro e patrimonial, demonstrando um desempenho positivo da gestão. A receita realizada no exercício foi de R\$ 37.585.167,91 (trinta e sete milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil cento e sessenta e sete reais e noventa e um centavos) e despesas no valor de R\$ 34.726.181,97 (trinta e quatro milhões setecentos e vinte e seis mil cento e oitenta e um reais e noventa e sete centavos), o que representa um superávit orçamentário no valor de R\$ 2.858.985,94 (dois milhões oitocentos e cinquenta e oito mil novecentos e oitenta e cinco reais e noventa e quatro centavos), conforme demonstrado no balanço orçamentário, anexo VIII – Quadro 7.4.1, um superávit financeiro no valor de R\$ 16.886.511,18 (dezesseis milhões oitocentos e oitenta e seis mil quinhentos e onze reais e dezoito centavos), conforme Anexo XI – Quadro 7.4.3 e patrimonial no valor de R\$ 5.923.103,61 (cinco milhões novecentos e vinte e três mil cento e três reais e sessenta e um centavos), conforme Anexo X – Quadro 7.4.3.

8.2 - Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

O tratamento contábil das depreciações e amortizações dos bens do COFECI estão definidos de acordo com a Resolução nº 1.532/2014, bem como as normas vigentes como resoluções do Conselho Federal de Contabilidade e demais legislações

Os bens móveis adquiridos após esta data estão sendo depreciados com base na Resolução acima citada, conforme a seguir: Móveis e Utensílios de Escritório, Máquinas e Equipamentos, Instalações, Utensílios de Copa e Cozinha e Veículos (uso administrativo), tempo de vida útil de 10 anos e valor residual de 10%; Equipamentos Processamento de Dados tempo de vida útil de 5 anos e valor residual de 10%, resultando nos saldos demonstrados no quadro apostado no item anterior.

8.3 - Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

No que concerne à adoção da aplicação de sistemática de apuração de custos, o COFECI, não adotou o centro de custos durante o exercício de 2016. Informamos que tal processo encontra-se em discursão e implantação no exercício seguinte.

8.4 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As Demonstrações Contábeis do Conselho Federal de Corretores de Imóveis foram elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público; aos Princípios Contabilidade; a Resolução.

Os procedimentos contábeis adotados estão em consonância com o que dispõe as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – Resoluções CFC n.ºs 1.128/08 a 1.137/08. As demonstrações contábeis são ainda elaboradas conforme a Parte V – Demonstrações Contábeis do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

As principais práticas utilizadas na preparação das demonstrações contábeis, bem como para o tratamento contábil para avaliação e mensuração dos ativos e passivos do COFECI, estão evidenciados nas Notas Explicativas.

8.4.1 - Balanço Orçamentário

ANEXO VIII - Quadro 7.4.1

8.4.2 - Balanço Financeiro

ANEXO XI - Quadro 7.4.2

8.4.3 - Balanço Patrimonial Comparado

ANEXO IX - Quadro 7.4.3

8.4.4 - Demonstrações das Variações Patrimoniais

ANEXO X - Quadro 7.4.4

8.4.5 - Fluxo de Caixa

Anexo VII - Quadro 7.4.5

8.4.6 - Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

O Conselho Federal de Corretores de Imóveis, localizado a SDS N. 44 Blocos A/J Salas 201/211, Centro Comercial Boulevard Center – Asa Sul – Brasília - DF, e foi criado pela Lei n.º 6.530/1978, tendo como principais atividades a normatização e a

fiscalização do exercício profissional dos Corretores de imóveis em todo o Brasil.

Dotado de personalidade jurídica de direito público e forma federativa, funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regulamento Geral dos Conselhos de Fiscalização.

O Conselho Federal de Corretores de Imóveis tem sua constituição, sede e foro regulamentados no seu Regimento Interno aprovado pela Resolução 1.126/2009.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade de sua Administração. Foram organizadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e sua nova harmonização internacional; aos Princípios Contábeis geralmente aceitos;

3. Principais Diretrizes Contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2013 a contabilidade do Conselho Federal de Corretores de Imóveis passou a ser elaborada com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. As demonstrações contábeis são ainda elaboradas em conformidade ao que regulamenta a Parte V – Demonstrações Contábeis do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

3.1 Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa, são administrados pelo COFECI, em consonância ao que dispõe o § 3º do art. 164 da Constituição Federal: Os recursos não utilizados na operacionalização das atividades foram depositados em contas separadas das demais disponibilidades, em observância aos limites e condições de proteção e prudência financeira, alinhados ao que dispõe o §1º do art. 43 da Lei Complementar nº 101/2000 e as receitas resultantes das aplicações desses recursos foram reconhecidas nas respectivas contas de resultado.

“§ 3º - As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.”

Caixa e equivalentes de caixa incluem: saldos em conta movimento e aplicações

financeiras com vencimentos no prazo de três meses ou menos, a contar da data da contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho registrado no resultado do período:

TÍTULOS	2016	2015
Caixa e Equivalente de	5.801.177	3.601.610,28
Caixa	664,07	0,00
Bancos Conta Movimento	234.543,83	1.000.766,86
Bancos Aplicação Financeira	5.565.969,98	2.600.843,42

b) Créditos a Receber

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do Balanço Patrimonial. Os riscos de recebimento de dívidas são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Os critérios utilizados para o cálculos da perda estimada de créditos, foram a efetiva arrecadação das anuidades no exercício de 2016, no qual levou em consideração o saldo no final de 2015, as inclusões de débitos e os recebimentos efetivos, adotando a seguinte fórmula (=SALDO INICIAL/(INCLUSÕES DE DÉBITOS + RECEBIMENTOS), através do qual obtivemos um percentual de inadimplência variável.

TÍTULOS	2016	2015
Créditos de Curto Prazo	1.833.555,04	3.300.135,52
Demais Creditos a custo Prazo	11.519.536,04	10.198.075,93
Créditos de Longo Prazo	22.491.814,20	20.424.719,50
Demais Creditos a Longo Prazo	0,00	0,00

c) Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Compreende os valores a receber por demais transações como adiantamentos a colaboradores, valores a receber de entes públicos e terceiros até o termino do exercício seguinte:

TÍTULOS	Valor
Adiantamentos	264.620,32
Tributos e Contribuições a Recuperar	0,00

Créditos por Dano ao Patrimônio	3.126,49
Depósitos Restituíveis e Vinculados	704.025,71
Demais Créditos	9.888.763,48
Suprimentos a Comprovar	74.000,21

d) Depreciação

A depreciação e amortização de bens adquiridos e postos em operação utilizam o método das cotas constantes com critérios definidos em legislação vigente e na Resolução COFECI N° 1.352/2014.

Os bens móveis adquiridos após esta data estão sendo depreciados com base na, conforme a seguir: Móveis e Utensílios de Escritório, Máquinas e Equipamentos, Instalações, Utensílios de Copa e Cozinha e Veículos (uso administrativo), tempo de vida útil de 10 anos e valor residual de 10%; Equipamentos Processamento de Dados tempo de vida útil de 5 anos e valor residual de 10%, resultando nos saldos demonstrados no quadro aposto no item anterior.

h) Passivo Circulante

Representado por valores a pagar decorrentes de obrigações trabalhistas, de contração junto a fornecedores pela aquisição de materiais e/ou serviços, originários de empenhos processados e não pagos até 31/12/2016; de obrigações fiscais de curto prazo e impostos e contribuições retidos de colaboradores e terceiros. As apropriações estão de acordo com a legislação vigente.

TÍTULOS	2016	2015
Obrigações Curto Prazo a Pagar	3.769.767,58	3.769.767,58
Obrigações Fiscais	76.528,92	80.579,60
Depósitos Consignáveis	55.705,89	59.076,19
Fornecedores	128.420,43	139.028,78
Valores em Transitio	76.080,00	0,00
Demais obrigação - Curto Prazo	2.007.004,09	2.951.006,43

i) Provisões de Curto Prazo

Registram-se os valores lançados a título de provisões para férias, 13º salário, processos judiciais, entre outras.

1) Provisão para Férias e Encargos

A provisão para férias é constituída mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais dos funcionários do COFECI, e pagas no início do exercício como férias coletivas.

TÍTULOS	2016	2016
Provisões trabalhistas	0,00	0,00
Provisão de férias	0,00	0,00

Encargos Sociais	0,00	0,00

2) Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis

Esta provisão tem por finalidade dar cobertura as prováveis perdas ou despesas.

Em atenção ao regime de competência, foi constituída a provisão com base na expectativa de desfecho de processos judiciais de natureza trabalhista e cível, impetrados na justiça até 31 de dezembro de 2016 em montantes julgados suficientes para cobertura de eventuais perdas.

TÍTULOS	2016	2015
Provisão p/ Riscos Trabalhistas e Cíveis	0,00	0,00
Provisão para Riscos Cíveis	0,00	0,00

j) Patrimônio Líquido

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente:

TÍTULOS	2016	2016
Patrimônio Líquido	52.010.466,67	46.218.863,06
Ajuste de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Resultado do Exercício	5.353.708,57	5.485.208,57
Resultados Acumulados Exercícios Anteriores	46.087.363,06	40.733.654,49

São considerados como Ajustes de Exercícios Anteriores o reconhecimento de ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (item 24 – NBC T 16.5. – Registro Contábil).

Os lançamentos ocorridos na conta Ajustes de Exercícios Anteriores se derem para regularizar pendências de referiam ao exercício de 2015 e que não foram sanadas a tempo, com impacto no resultado patrimonial. Desta forma, no balanço encerrado em 31/12/2016 foram evidenciados os valores que pertenceram a exercícios anteriores.

o) Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial no valor de R\$ 5.485.208,57 (cinco milhões quatrocentos e oitenta e cinco mil duzentos e oito reais e cinquenta e sete centavos), foi apurado com base no regime de competência da receita e das despesas, escrituradas no subsistema patrimonial, em atendimento a legislação vigente:

TÍTULOS	2016	2015
Resultado Patrimonial	5.923.103,60	5.485.208,57
Variações Patrimoniais Aumentativas	38.058.945,60	42.061.345,24
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	32.135.841,99	36.576.136,67

p) Resultado Financeiro

O Resultado financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei n.º 4.320/64,

No exercício de 2016 foi apurado um resultado superavitário no valor de R\$ 16.886.511,18 (dezesseis milhões oitocentos e oitenta e seis mil quinhentos e onze reais e dezoito centavos).

TÍTULOS	2016	2015
Superávit Financeiro	16.886.511,18	13.391.779,79
Ativo Financeiro	19.230.150,51	17.161.547,37
(-) Passivo Financeiro	2.343.639,33	3.769.767,58

q) Resultado Orçamentário

O orçamento do COFECI para o exercício de 2016 foi aprovado por meio da Resolução COFECI n.º 1372/2015, de 18 de dezembro de 2015. Nele, estão contabilizados os valores das receitas arrecadadas e as despesas liquidadas.

O superávit orçamentário corresponde à diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas e liquidadas no exercício.

O resultado orçamentário de R\$ 2.858.985,94 (dois milhões oitocentos e cinquenta e oito mil novecentos e oitenta e cinco reais e noventa e quatro centavos), foi extraído com base no subsistema orçamentário.

TÍTULOS	2016	2015
Superávit Orçamentário	2.858.985,94	4.103.221,64
Receitas (corrente + capital)	37.585.167,91	40.858.281,65
Despesas (corrente + capital)	34.726.181,97	36.755.060,01

A&J Contabilidade, Assessoria e Auditoria Ltda
CRC – DF 000667-O

Arquimedes Alves da Silva
CRC – DF 009982-O

9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Não houve no exercício em referencia recomendações por parte dos òrgão de Controle

9.1 - Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Não houve no exercício em referencia deliberações ou recomendações por parte do TCU

9.2 - Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Não houve no exercício em referencia recomendações por parte do Orgão de Controle Interno.

9.3 - Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Não houve no exercício em referencia nenhuma medida administrativa.

10 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

11 - ANEXOS E APÊNDICES

CONSELHO FISCAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 001/2017

Data do Início: 03 de abril de 2017

Local: Dependências do Hotel Ponta Verde - Frances
Marechal Deodoro - AL

Finalidade: Exame e Parecer nos Balancetes do 4º trimestre de 2016, e da Prestação de Contas do Exercício de 2016 do COFECI.

Encerramento: 05 de abril de 2016

Presenças: a) - Como membros do Conselho Fiscal do COFECI:

1- Jaci Monteiro Colares- Coordenador

2- Paulo C. de Carvalho Mota Júnior- Secretário

3- Aires Ribeiro de Matos - Relator

b) - Como Assessoria Contábil:

1- A&J Contabilidade Assessoria e Auditoria LTDA

ABERTURA

REUNIDO o Conselho Fiscal do Conselho Federal de Corretores de Imóveis – COFECI, o Conselheiro Coordenador JACI MONTEIRO COLARES saudou os membros efetivos do Conselho Fiscal do COFECI e o Assessor presentes. Em seguida o senhor Coordenador assumiu a direção dos trabalhos pedindo orientação de Deus para o bom andamento da sessão, declarando abertos os trabalhos e convidando a seguir o Conselheiro PAULO C. DE CRAVALHO MOTA JÚNIOR para desempenhar a função de Secretário e o Conselheiro AIRES RIBEIRO DE MATOS para Relator. Iniciando os trabalhos o Senhor Coordenador solicitou à Assessoria Contábil do COFECI, informações a respeito da documentação física dos atos de gestão financeira e que apresentasse as peças contábeis relativas ao período de **01/10/2016 à 31/12/2016, e da Prestação de Contas do Exercício de 2016** do COFECI para análise e parecer final. Atendendo ao que lhe fora solicitado, colocou à disposição os seguintes documentos:

a) – Documentação de receita e despesa; b) – Extratos Bancários; c) – Conciliações Bancárias; d)- Diário; e) – Razão e demais demonstrativos de controles paralelos praticados pelo Conselho.

Concluídos os exames foi emitido o relatório que é parte integrante desta Ata, determinando que fosse emitido o parecer correspondente. Ressaltamos que com a verificação da documentação acima mencionada, damos por encerrada a análise das contas relativas ao 4º trimestre de 2016 e da Prestação de Contas do Exercício de 2015 do COFECI.

Nós, abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal do Conselho Federal de Corretores de Imóveis – COFECI, após exame das peças contábeis que compõem as contas relativas ao **4º trimestre do exercício de 2016, e da Prestação de Contas do Exercício de 2016** do COFECI, e considerando que não existe atos inquinados de vícios ou que comprometam a probidade dos Gestores, somos favoráveis à aprovação, sem ressalvas ou restrições. É o parecer, Brasília – DF, 05 de abril de 2017. Ass: JACI MONTEIRO COLARES, - Coordenador, PAULO C. DE CARVALHO MOTA JÚNIOR – Secretário e AIRES RIBEIRO DE MATOS – Relator.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, Eu PAULO C. DE CARVALHO MOTA JÚNIOR, Secretário, lavrei a presente Ata, que assino juntamente com o Conselheiro Coordenador JACI MONTEIRO COLARES – e o Conselheiro Relator AIRES RIBEIRO DE MATOS.

Brasília – DF, 05 de abril de 2017

*JACI MONTEIRO COLARES
Coordenador*

*PAULO C. DE CARVALHO MOTA JÚNIOR
Secretário*

*AIRES RIBEIRO DE MATOS
Relator*

*A&J Contabilidade, Assessoria e Auditoria Ltda
Arquimedes Alves da Silva*

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL DO COFECI

Assunto: Análise da documentação relativa ao 4º trimestre do exercício de 2016, e da Prestação de Contas do Exercício de 2016, do COFECI.

Senhor Presidente,

Nos dias 03, 04 e 05 de abril de 2017, n Dependências do Hotel Ponta Verde – Frances, Marechal Deodoro - AL, os Conselheiros JACI MONTEIRO COLARES, PAULO C. DE CARVALHO MOTA JÚNIOR e AIRES RIBEIRO DE MATOS, se fizeram presentes, para analisarem as contas do Conselho Federal de Corretores de Imóveis, referentes ao 4º trimestre do exercício de 2016, e da Prestação de Contas do Exercício de 2016 do COFECI.

Toda documentação necessária foi apresentada, inclusive os livros Diário e Razão, bem como os demais demonstrativos, e à luz da movimentação financeira, realizamos a análise.

Acompanhou os trabalhos, a Assessoria do COFECI, A&J Contabilidade Assessoria e Auditoria Ltda.

I – ORÇAMENTO

O Orçamento do Conselho foi aprovado através da Resolução – COFECI nº 1.372/2015, datada de 10 de dezembro de 2016, publicada no D.O.U nº 242, folha 137, seção I em 18/12/2016 com o total de R\$ 75.831.141,50 (setenta e cinco milhões, oitocentos e trinta e um mil cento e quarenta e um reais e cinquenta centavos) para a receita e igual valor para a despesa.

II – RECEITA

A receita arrecada no 4º trimestre de 2016 atingiu o montante de R\$ 7.945.240,54 (sete milhões novecentos e quarenta e cinco mil duzentos e quarenta reais e cinquenta e quatro centavos) representando 10,48% das receitas correntes previstas para o exercício de 2016, evidenciando uma arrecadação média mensal de R\$ 2.648.413,51 (dois milhões seiscentos e quarenta e oito mil quatrocentos e treze reais e cinquenta e um centavos), enquanto que a receita arrecada no exercício de 2016 atingiu o montante de R\$ 37.585.167,91 (trinta e sete milhões quinhentos e oitenta e cinco mil centos e sessenta e sete reais e noventa e um centavos) representando 49,56% das receitas correntes previstas para o exercício, evidenciando uma arrecadação média mensal de R\$ 3.132.097,33 (três milhões centos e trinta e três mil noventa e sete reais e trinta e três centavos).

Na análise do quadro acima verifica-se que a maior receita é oriunda das quotas devidas pelos Regionais em função de suas arrecadações, o que representa o montante de R\$ 35.812.381,89 (trinta e cinco milhões oitocentos e doze mil trezentos e oitenta e um reais e oitenta e nove centavos), que representa 95,28%, das receitas previstas/arrecadadas, o que é comum a todos os Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional.

III – DESPESA

A despesa realizada no 4º trimestre de 2016 atingiu o montante de R\$ 9.735.671,74 (nove milhões setecentos e trinta e cinco mil seiscentos e setenta e um reais e setenta e quatro centavos) representando 12,84% das receitas correntes previstas para o exercício de 2016, evidenciando uma arrecadação média mensal de R\$ 3.245.223,91 (três milhões duzentos e quarenta e cinco mil duzentos e vinte e três reais e noventa e um centavos), enquanto que a despesa realizada no exercício de 2016 atingiu o montante de R\$ 34.726.181,97 (trinta e quatro milhões setecentos e vinte e seis mil cento e oitenta e um reais e noventa e sete centavos) representado 45,79% das despesas correntes previstas, evidenciando uma despesas media mensal de R\$ 2.893.848,50 (dois milhões oitocentos e noventa e três mil oitocentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos).

Na análise do quadro acima verificamos que os maiores dispêndios do Conselho são com “Pessoal e Encargos Sociais, Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica e Transferências Correntes”, que representa 12,59%, 50,42% e 13,99% respectivamente das despesas autorizadas/realizadas, o que é comum a todos os Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional.

o que é comum a todos os Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional, face a sua Natureza Jurídica.

IV – COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA COM A DESPESA REALIZADA

<i>Receitas Arrecadadas</i>	<i>R\$ 37.585.167,91</i>
<i>Despesas Realizadas</i>	<i>R\$ 34.726.181,97</i>
<i>Superávit Orçamentário</i>	<i>R\$ 2.858.985,94</i>

V – SALDO FINANCEIRO

No Balanço Financeiro está apresentando o saldo disponível para o 1º trimestre de 2017 no valor de R\$ 5.877.059,43 (cinco milhões oitocentos e setenta e sete mil cinquenta e nove reais e quarenta e três centavos).

VI – SALDO PATRIMONIAL

No Balanço Patrimonial e demonstrações das Variações Patrimoniais, verifica-se que houve

um Superávit Patrimonial no exercício no valor de R\$ 5.927.103,61 (cinco milhões novecentos e vinte e sete mil cento e três reais e sessenta e um centavos).

VII – CONCLUSÃO

Ante o exposto é entendimento deste Conselho Fiscal, cujos trabalhos alcançaram suas finalidades, opinar pela Aprovação Plena e Sem Ressalvas das contas relativas ao 4º trimestre do Exercício de 2016, bem como da Prestação de Contas do Exercício de 2016 do COFECI.

Brasília – DF, 05 de abril de 2017

JACI MONTEIRO COLARES
Coordenador

PAULO C. DE CARVALHO MOTA JÚNIOR
Secretário

AIRES RIBEIRO DE MATOS
Relator

A&J Contabilidade, Assessoria e Auditoria Ltda
Arquimedes Alves da Silva

VOTO DO CONSELHEIRO RELATOR

Entidade: Conselho Federal de Corretores de Imóveis – COFECI
Exercício: 2016
Objetivo: Certificar a gestão dos Responsáveis
Responsável: João Teodoro da Silva
Função: Presidente
CPF nº: 157.714.079-68
Período: 01.01.2016 a 31.12.2016
Responsável: Antônio Armando Cavalcante Soares
Função: Tesoureiro
CPF nº: 010.154.783-87
Período: 01.01.2016 a 31.12.2016

Em atendimento ao art. 22º ao 24º da Resolução 1.126/2009 - COFECI, e considerando a ausência de quaisquer indícios que, de alguma forma, possam comprometer a probidade da gestão administrativa, o Conselho Fiscal do COFECI, após a análise procedida de acordo com as peças indicadas em epígrafe, profere Parecer favorável à aprovação da Prestação de Contas do 4º Trimestre do exercício de 2016, compreendendo, cumulativamente, os meses de outubro a

dezembro/2016 e da Prestação de Contas do Exercício de 2016, compreendendo os meses de janeiro a dezembro/2016, do Conselho Federal de Corretores de Imóveis - COFECI, sugerindo a **REGULADRIDADE** das contas, nos termos dos arts. 24º a 35º, da Resolução 1.126/2019 - COFECI.

VOTO:

Em minha opinião, tendo em vista os exames levados a efeito na forma definida, que resultaram no Relatório Sintético do Conselho Fiscal nº 001/2017, certifico a regularidade, da gestão dos responsáveis tratados neste processo.

Maceió - AL, 07 de abril de 2017.

AIRES RIBEIRO MATOS/RO
CONSELHEIRO RELATOR

RESOLUÇÃO-COFECI N.º 1.379/2016

RESOLUÇÃO-COFECI Nº 1.380/2016

Aprova o Relatório de Atividades e o Processo de Prestação de Contas do COFECI, relativos ao exercício de 2015.

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 16, Inciso III, da Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978,

CONSIDERANDO a decisão adotada pelo Egrégio Plenário, na Sessão realizada no dia 29 de abril de 2016,

R E S O L V E :

Art. 1º - APROVAR o RELATÓRIO DE ATIVIDADES e o PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS do Conselho Federal de Corretores de Imóveis-COFECI, **julgado regular**, relativos ao exercício de 2015, em conformidade com os Arts. 27 e 31, I, do Regimento do COFECI, aprovado com a Resolução-COFECI nº 1.126/09.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília(DF), 02 de maio de 2016

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente

ANTONIO ARMANDO CAVALCANTE SOARES
Diretor Tesoureiro